

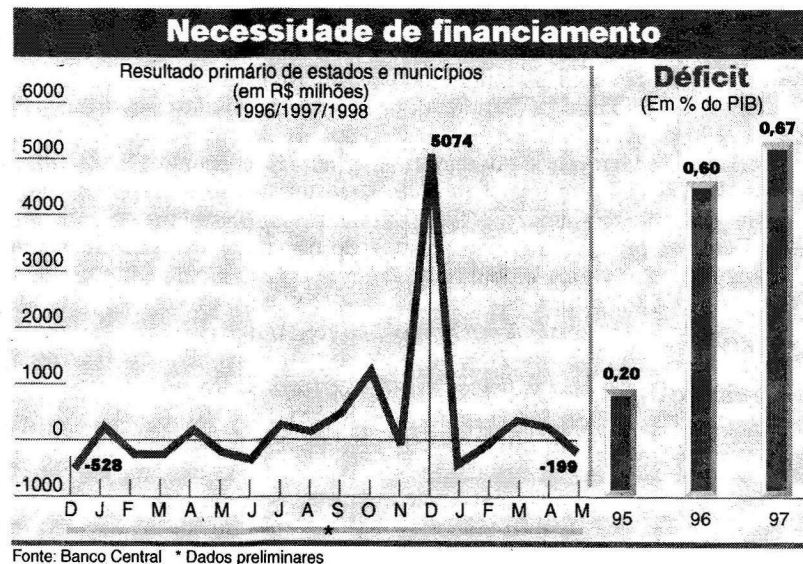
Estados e municípios ampliam gastos

União não tem controle sobre o déficit primário crescente das duas esferas de governo

Adriana Arai
de São Paulo

Mesmo sob forte pressão para gerar superávits primários (sobra de caixa para abater dívida), o governo federal já esgotou os instrumentos para conter a contribuição de estados e municípios na ampliação dos gastos públicos. O pior é que a participação dessas duas esferas do governo no déficit primário, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), só vem aumentando: dados do Banco Central (BC) mostram que estados e municípios gastaram, sem contar com o pagamento de juros, o equivalente a 0,54% do PIB a mais do que arrecadaram em 1996; 0,74% em 1997 e, nos doze meses encerrados em maio, 0,75%.

“Essa tendência não deverá ser revertida neste ano”, acredita o professor de economia Gustavo Zimmermann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Os orçamentos dos municípios estão muito comprimidos e nem com boa vontade política os prefeitos conseguiriam eliminar o déficit orçamentário num mesmo exercício”. Zimmermann, que estuda a evolução das finanças dos municípios paulistas, afirma que as contas que são deixadas para o exercício seguinte —



“restos a pagar” — atualmente correspondem a cerca de 20% do orçamento das prefeituras. “A situação está se generalizando”, avisa.

No ajuste fiscal do ano passado, o governo federal congelou o cheque especial dos prefeitos — as Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs) — e, para reforçar o aperto, este ano colocou no papel o sinal vermelho para novas dívidas, com a Resolução 78/98 do Senado. No caso dos estados, cláusulas da própria

rolagem da dívida impedem a contratação de novos financiamentos.

Acontece que alguns estados, mesmo dentro dessa camisa-de-força — comprometendo de 11% a 13% da receita disponível com o pagamento da rolagem da dívida à União —, ainda dispõem dos recursos das privatizações. E esse dinheiro, usado para abater dívidas com fornecedores ou em custeio e investimentos, o BC acaba enxergando como um mesmo tipo de “despesa

extra”, que acaba ampliando o déficit público, porque não abate a dívida sobre a qual o banco tem controle. Isso já aconteceu em 1997 e deve se repetir neste ano.

Para aqueles estados que não conseguiram se ajustar e ainda gastam em torno de 80% da receita com a folha de pagamentos — ou seja, que estão tendo dificuldades para manter os pagamentos mensais à União em dia —, há uma outra alternativa, pelo menos para aqueles que ainda têm banco estadual e que não pretendem mantê-los: a venda da carteira imobiliária da instituição para a Caixa Econômica Federal (CEF).

É o caso do Espírito Santo, que negocia a venda de uma carteira da Cohab estadual de R\$ 50 milhões para a CEF, para ajudar a pagar o salário dos funcionários do estado, atrasado há quase quatro meses (R\$ 94 milhões/mês). Originalmente, esse tipo de operação com a Caixa Econômica faz parte do programa de diminuição da presença estadual no setor financeiro e foi utilizada por vários estados no acordo de rolagem. A CEF paga os estados em títulos do Fundo da Compensação da Variação Salarial (FCVS), que vão direto para União, sem passar pelo caixa estadual.